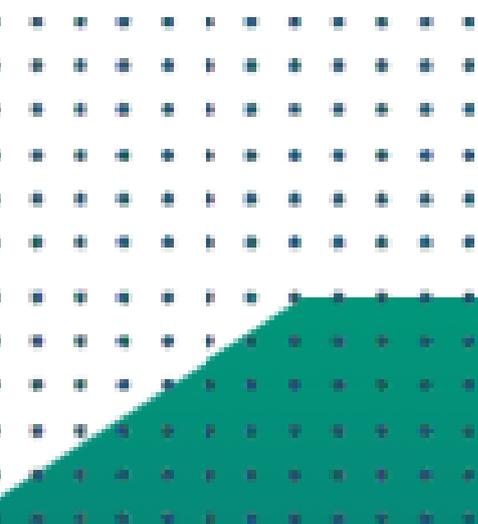




Diálogo
Ambiental
Constitucional
Internacional



Grupo de Pesquisa

Diálogo Ambiental, Constitucional, Internacional

Diálogo Ambiental, Constitucional, Internacional comemora 10 anos. É realizado no Brasil desde o ano de 2012. A sua internacionalização foi inaugurada em Portugal, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), com a realização da V edição em outubro de 2014. Possui Comissão Acadêmica com professores doutores de Instituições de Ensino Superior de Universidades brasileiras e estrangeiras.

O “Diálogo” tem seu berço na Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e, a partir do projeto de internacionalização do seu curso de Direito, atravessou seus muros para outras Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras e estrangeiras: Unama (Grupo Ser Educacional); Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC); Universidade Federal do Tocantins (UFT); Universidade Cândido Mendes (UCAM); Universidade de Lisboa (UL); Universidade Rovira i Vigili (URV); Universidade do Porto (UP); Universidade São Francisco de Quito (Equador); Universidade de Teramo (Itália); Universidade de Santiago de Compostela (Espanha); Universidade do Minho (Portugal).

Os anais de todas as edições são publicados em duas coletâneas (artigos apresentados e artigos dos palestrantes, acesso gratuito no site www.dialogaci.com). Após a sua publicação nacional, são também publicados como e-Books internacionais, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Instituições públicas e privadas, como a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e a Coordenação de Apoio de Pessoal de Nível Superior – Capes apoiam a sua realização por meio de incentivos à publicação de anais das edições e da disponibilização da estrutura física de auditórios e material visual.

A Coordenação Científica do Diálogo Ambiental, Constitucional, Internacional torna pública a abertura de vagas para acadêmicos e/ou profissionais brasileiros e estrangeiros interessados em realizar pesquisa, de caráter não remunerado, no GP Diálogo ACI.

DO GRUPO DE PESQUISA E SUAS ATIVIDADES

O Grupo de Pesquisa Diálogo ACI está cadastrado no CNPq, vinculado à Universidade de Fortaleza, tendo como líder a Profa. Dra. Bleine Queiroz Caúla.

Abre inscrição para **10 Linhas de Pesquisa** que estudam diferentes temáticas afeitas às áreas Ambiental, Constitucional, Internacional e interdisciplinares, coordenadas por professores.

Suas atividades serão relacionadas com a organização do Seminário no Brasil e no exterior; Participação em Eventos Nacionais e Internacionais; Trabalhos Coletivos com Grupos de Pesquisadores Nacionais e Internacionais nas áreas Ambiental, Constitucional, Internacional e interdisciplinares, bem como trabalhos conjuntos com Professores e Pesquisadores de Universidades Públicas e Privadas; Publicações em Periódicos certificados, em Anais de Congressos Nacionais e Internacionais, bem como capítulos de livros em coletâneas que envolvem pesquisadores.

O Grupo de Pesquisa Diálogo ACI atua nas seguintes linhas de pesquisa

- 1) Gestão criativa de conflitos
- 2) Direito constitucional multiportas
- 3) Direitos humanos, Estado e cidadania
- 4) Direito, moda e sustentabilidade
- 5) Inteligência artificial, direito e dignidade
- 6) Direitos sociais, orçamento público e concretização de direitos
- 7) Análise Jurídica da Economia para uma Revolução Verde
- 8) Democracia participativa, transparência e direito à informação
- 9) Next Generation EU e Plano Nacional de Ripresa e Resiliência: uma perspectiva interdisciplinar
- 10) Direito Eleitoral Internacional

DAS LINHAS DE PESQUISA, COORDENAÇÃO E HORÁRIOS

1 Gestão criativa de conflitos – Quinta (18h)

Coordenadora: Professora Dayse Braga Martins (Unifor)

Esta linha de pesquisa objetiva dialogar sobre práticas criativas e inovadoras de solução de conflitos, com vias a efetivação do direito fundamental ao acesso à justiça. Trata-se, portanto, de pesquisa na área do direito adjetivo, instrumento de concretização de direitos substantivos, tanto no âmbito judicial, quanto extrajudicial, incluindo-se a função jurisdicional, advocacia pública e privada, promotoria de justiça, defensoria pública, mediação, conciliação, práticas colaborativas e demais práticas jurídicas de solução de conflitos.

2 Direito constitucional multiportas – Sábado (10h)

Coordenador: Professor Francisco Lisboa Rodrigues

A linha de pesquisa transdisciplinar Direito Constitucional Multiportas visa o estudo do Direito Constitucional em diálogo constante com as demais esferas do conhecimento humano, com visão prospectiva e compreensão sobre os atuais trânsitos teóricos e práticos ocorridos em função de releituras em seus principais institutos. O papel das Cortes Supremas possui especial destaque no processo de (re)dimensionamento de antigos e novos direitos.

- Antigos e novos direitos e as Cortes Supremas (Processo Constitucional)
- Constitucionalismo Circunstancial (cotas, feminismo, gênero...)
- Estado e Constituição (democracia, poder, etc.)

3 Direitos humanos, Estado e cidadania – Sábado (9h30min)

Coordenadora: Professora Carolina Hissa

Esta linha busca por pesquisas interdisciplinares que visem a efetivação dos direitos inerentes ao exercício da cidadania por meio do Estado e à luz da teoria Crítica dos Direitos Humanos. Um repensar sobre a universalidade dos Direitos Humanos e o diálogo entre normas internas e internacionais na construção de uma concepção de cidadania ampla e plural. Proteção de Minorias. Migrantes e Refugiados. Gênero e Direitos Humanos. O Brasil e a incorporação das normas internacionais de Direitos Humanos e sua efetivação em âmbito interno por meio das políticas públicas. A Cidadania do ponto de vista dos direitos fundamentais e sua concretude pelo Estado brasileiro. A invisibilidade do vulnerável como política governamental e o combate às violações de direitos decorrentes dessa ação.

4 Direito, Moda e Sustentabilidade – Terça (18h30min)

Coordenadora: Professora Dayane Nayara

Esta linha objetiva discorrer sobre a importância da Indústria da Moda e sua interferência, na sociedade, vez que esta e suas peculiares encontram-se presentes, em nível mundial, sobretudo, por influenciar nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas, a ponto de incutir costumes e até comportamentos como consequências diretas ou indiretas no modo de vida em diferentes épocas, visto que a Moda é um objeto de termômetro social. Busca-se refletir sobre a universalidade dos direitos existentes inseridos, no setor, bem como promover o diálogo jurídico-socioeconômico da Moda, sustentável e cultural pertinentes para a construção de uma Indústria da Moda democrática, ampla e plural.

Eixos temáticos: Moda e Globalização.

Moda brasileira e economia nacional.

5 Inteligência Artificial, Direito e Dignidade – Segunda (18h30min)

Coordenador: Professor Hian Silva Colaço

Esta linha busca fomentar pesquisas sobre a temática central da tutela da Inteligência Artificial, na ordem constitucional brasileira, notadamente diante do paradigma pelo qual todos os institutos passíveis de regulação jurídica necessitam de funcionalização pelas lentes constitucionais, de forma que o valor fundamental da Dignidade da Pessoa Humana imporá conformação e limites à implementação dos sistemas de inteligência artificial. A linha abrange a superação da dicotomia entre o Direito Público e Privado a fim de demonstrar que a temática perpassa pelo influxo de inúmeros direitos.

Eixos temáticos: Tutela Constitucional da Inteligência Artificial enquanto direito difuso. Propostas de regulação da IA no Brasil. Direitos dos Danos por discriminação algorítmica de sistemas de IA. Novas vulnerabilidades digitais. Impactos da implementação de sistemas de IA sobre a democracia na construção da pós-verdade. Alternativas sociais à minimização dos efeitos da automação sobre o futuro do trabalho. Vigilância e controle estatais e os limites da utilização de IA pelo Poder Público.

6 Direitos sociais, orçamento público e concretização de direitos – Quarta (18h)

Coordenadora: Professora Simone Aguiar

A presente linha de pesquisa almeja investigar a concretização dos direitos sociais no Brasil, a partir da ótica orçamentária pública.

Nesse sentido, pesquisa-se a efetiva realização dos direitos sociais, em especial o direito à educação, sob os aspectos do custo do direito, da escassez e da disponibilidade orçamentária.

Nesse contexto, os direitos sociais são examinados à luz da Constituição Financeira e Orçamentária, tendo como fim a busca por recursos públicos para se concretizar tais direitos e, assim, imprimir força normativa ao texto constitucional.

Noutra vertente, o direito à educação ganha enfoque na sua análise enquanto elemento transformador da realidade social, além de meio para se ofertar justas oportunidades e desenvolver liberdades.

Por fim, perscruta-se também, por meio do direito comparado e da interdisciplinaridade, dados sobre como está a performance do Estado brasileiro na educação.

7 Análise Jurídica da Economia e Revolução Verde – Sábado (9h30min)

Coordenadores: Bleine Queiroz (Unifor), Ângela Issa Haonat (UFT) e Sócrates Costa (Mestrando UFC)

Esta linha busca realizar pesquisas interdisciplinares entre Direito e Economia. Teoria Jurídica da Economia e sua interface com a questão ambiental. Revolução Verde. Gestão de Resíduos Sólidos. Instabilidade climática. Afetação das externalidades ambientais na saúde. Deslocados ou migrantes ambientais.

8 Democracia participativa, transparência e direito à informação - Quarta (20h30)

Coordenadoras: Professora Bleine Queiroz (Unifor) e Professora Anna Carolina Alencar (Faculdade Republicana)

A linha de pesquisa Democracia participativa, transparência e direito à informação dedica-se ao tema dos direitos fundamentais atinentes à participação social, acesso à informação, transparência e controle social no Estado Democrático de Direito.

Ancorada nos princípios constitucionais de equidade, universalidade e integralidade tem como foco a reflexão crítica no estudo da relação entre cidadania e Direitos Humanos, a dinâmica entre democracia, Estado e o fenômeno da participação popular. Visa, ainda, a análise do princípio da transparência da ação estatal através do controle social exercido pelo cidadão através das Ouvidorias Públicas, que tem por competência legal garantir o acesso à informação e a defesa dos direitos do usuário serviço público.

9 Next Generation EU e Plano Nacional de Ripresa e Resilienza: uma perspectiva interdisciplinar

Coordenadora: Professora Anna Ciammariconi (Università degli Studi di Teramo – Facoltà di Scienze Politiche)

10 Direito Eleitoral Internacional - Sábado (10h)

Coordenadora: Professora Jéssica Teles (Universidade Estadual do Piauí)

O grupo de pesquisa “Direito Eleitoral Internacional ” objetiva analisar os institutos e reflexos do Direito Eleitoral Internacional no Ordenamento Jurídico brasileiro, assim como as tendências e desafios da Democracia na América Latina.

Direito Eleitoral Internacional e Direito Internacional Eleitoral: delimitando o âmbito científico de estudos. O Direito Eleitoral frente aos Tratados Internacionais. Direitos políticos-eleitorais como Direitos Humanos. Enunciado 5 da I Jornada de Direito Eleitoral. A proteção da participação políticas das minorias no cenário latino-americano. Destaques, tendências e desafios da democracia na América Latina. Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral. Missões de Observação Eleitoral na América Latina. Inovações legislativas, institucionais e políticas na América Latina.

REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

- Serão admitidos graduandos, graduados ou profissionais (brasileiros e estrangeiros);
- Dedicar, no mínimo, 5 horas semanais ao Grupo de Pesquisa (participação em eventos, leituras, elaboração de artigos e comparecimento às reuniões quinzenais);
- Reservar o horário do grupo de pesquisa – linha escolhida, cujas reuniões quinzenais serão remotas síncronas, conforme deliberação do(a) Coordenador(a) professor(a) responsável pela linha de pesquisa;
- Possuir currículo Lattes cadastrado na base de dados do CNPq e atualizado;
- Desejável que tenha conhecimentos básicos das regras da ABNT e tenha interesse/afinidade com a pesquisa e produção acadêmica;
- Participar do evento inaugural de integração metodológica (março de 2022);
- Firmar, no formulário de inscrição, o termo de compromisso de pesquisador voluntário com a produção científica.

ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

*As inscrições para a SELEÇÃO Grupo de Pesquisa Diálogo ACI 2022 serão realizadas no **formulário** <https://forms.gle/YnuhhZmHAJQfKZvz6>.

* Deve ser indicada a **Linha de Pesquisa** escolhida deste edital.

* Cada candidato só poderá se inscrever em uma Linha de Pesquisa.

*Fica facultada a possibilidade de mudança da Linha de Pesquisa até a segunda reunião.

*Deve ser indicado no formulário o endereço do currículo lattes do candidato.

*Após preencher o formulário, uma **CARTA DE INTENÇÃO**, contendo uma breve justificativa sobre seu interesse em participar como pesquisador voluntário do Grupo de Pesquisa Diálogo ACI, deve ser enviada para o e-mail dialogoaci@yahoo.com.br, em arquivo pdf.

DO PRAZO

O prazo para inscrição será de 15 de janeiro de 2022 até 15 de fevereiro de 2022, às 23h59min.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Serão selecionados os candidatos que melhor atenderem aos objetivos do Grupo de Pesquisa Diálogo ACI, levando-se em consideração análise do currículo lattes e da CARTA DE INTENÇÃO.

DO RESULTADO DA SELEÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES

O resultado dos candidatos selecionados será publicado, no dia 1 de março de 2022, no site www.dialogoaci.com.

As atividades das Linhas de Pesquisa iniciarão no mês de março de 2022.

Os selecionados receberão e-mail ou WhatsApp com o link da sala remota síncrona da primeira reunião da sua linha de pesquisa.

DA CERTIFICAÇÃO

A certificação de participação no Grupo de Pesquisa DACI será entregue ao término das atividades (participação mínima de 75% das reuniões), após submissão de artigo para edição do Diálogo Ambiental, Constitucional, Internacional.

DOS CONTATOS:

WhatsApp +55 85 988996343

E-mail dialogoaci@yahoo.com.br

Site www.dialogoaci.com

Instagram @dialogoaci_instituto

Facebook Diálogo Ambiental, Constitucional, Internacional

Fortaleza, 15 de janeiro de 2022.

Coordenação Acadêmica Diálogo ACI